Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i11.32135

REPRESENTATIVIDADE FEMININA NAS REITORIAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS EM 2026

FEMALE REPRESENTATION IN THE RECTORATES OF BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES IN 2026

REPRESENTACIÓN FEMENINA EN LOS RECTORADOS DE LAS UNIVERSIDADES FEDERALES BRASILEÑAS EN 2026

Karin Regina de Bem Pereira[1]
Marisete Damiani dos Santos[2]
Shirlei Giusti Ronzani[3]
Paulo Antonio Pasqual Júnior[4]

RESUMO: Este artigo analisa a representação feminina nos cargos de direção das universidades federais brasileiras em 2026, considerando a distribuição regional e estadual das posições de liderança. Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem mista e delineamento analítico-descritivo, baseada em dados disponibilizados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). O estudo abrange 69 universidades federais, das quais 26 são dirigidas por mulheres (37,7%) e 43 por homens (62,3%). A análise considera as diferenças regionais e estaduais na distribuição das mulheres nesses cargos. A fundamentação teórica apoia-se nas contribuições de Saffioti, Araújo e Skliar, permitindo compreender a representação feminina para além de sua dimensão quantitativa, relacionando-a às estruturas sociais, às assimetrias de poder e ao reconhecimento das diferenças. Os resultados evidenciam a presença de mulheres em cargos de liderança em diferentes regiões brasileiras. Entretanto, o predomínio masculino revela a persistência de desigualdades de gênero no acesso às posições de poder e tomada de decisão na educação superior pública. Conclui-se que ampliar a representação feminina nas reitorias é fundamental para fortalecer o debate sobre igualdade de gênero e democratização da liderança acadêmica.

Palavras-chave: Representatividade feminina. Igualdade de gênero. Universidades federais. Mulher. Liderança universitária.

ABSTRACT: This article analyzes the representation of women in leadership positions at Brazilian federal universities in 2026, considering the regional and state distribution of leadership positions. It is a documentary study employing a mixed-methods approach and an analytical-descriptive design, based on data provided by the National Association of Directors of Federal Higher Education Institutions (ANDIFES). The study covers 69 federal universities, 26 of which are headed by women (37.7%) and 43 by men (62.3%). The analysis examines regional and state-level variations in the distribution of women in these positions. The theoretical framework draws on the contributions of Saffioti, Araújo, and Skliar, allowing for an understanding of female representation that goes beyond a purely quantitative dimension by linking it to social structures, power asymmetries, and the recognition of differences. The findings highlight the presence of women in leadership roles across various Brazilian regions; however, the male predominance reveals the persistence of gender inequalities in accessing positions of power and decision-making within public higher education. It is concluded that increasing

[1] Mestranda em Educação. Universidade de Caxias do Sul (UCS).
[2] Mestranda em Educação. Universidade de Caxias do Sul (UCS).
[3] Mestranda em Educação. Universidade de Caxias do Sul (UCS).
[4] Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

female representation in the offices of university rectors is essential for strengthening the discourse on gender equality and the democratization of academic leadership.

Keywords: Female representation. Gender equality. Federal universities. Women. University leadership.

RESUMEN: Este artículo analiza la representación femenina en los cargos directivos de las universidades federales brasileñas en 2026, considerando la distribución regional y estatal de los puestos de liderazgo. Se trata de una investigación documental, de enfoque mixto y diseño analítico-descriptivo, basada en datos de la Asociación Nacional de Dirigentes de las Instituciones Federales de Educación Superior (ANDIFES). El estudio abarca 69 universidades federales, de las cuales 26 están dirigidas por mujeres (37,7 %) y 43 por hombres (62,3 %). El análisis considera las diferencias regionales y estatales en la distribución de las mujeres en estos cargos. El marco teórico se fundamenta en los aportes de Saffioti, Araújo y Skliar, que permiten comprender la representación femenina en relación con las estructuras sociales, las asimetrías de poder y el reconocimiento de las diferencias. Los resultados evidencian la presencia de mujeres en puestos de liderazgo en distintas regiones de Brasil. Sin embargo, el predominio masculino revela la persistencia de desigualdades de género en el acceso al poder y a la toma de decisiones en la educación superior pública. Se concluye que ampliar la representación femenina en los rectorados es fundamental para promover la igualdad de género y democratizar el liderazgo académico.

Palabras clave: Representación femenina. Igualdad de género. Universidades federales. Mujeres. Liderazgo universitario.

1 INTRODUÇÃO

A participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão constitui uma importante dimensão da construção de uma sociedade democrática e comprometida com os princípios da igualdade e da justiça social. Embora as mulheres tenham ampliado significativamente sua presença nos diferentes campos da vida social, profissional e acadêmica, essa participação ainda não se traduz, de forma proporcional, na ocupação dos espaços de maior poder e liderança. Saffioti (1976) afirma que "A dominação masculina não é um dado natural, mas uma construção social que se reproduz nas instituições e limita a presença das mulheres nos espaços de poder. "

No âmbito da educação superior, essa questão assume particular relevância. As universidades públicas constituem espaços fundamentais para a produção do conhecimento e a formação profissional. Entretanto, a composição de seus espaços de gestão também pode revelar as assimetrias de gênero presentes na sociedade. Nesse sentido, observar quem ocupa as posições de maior autoridade nas instituições universitárias permite problematizar como as desigualdades estruturais persistem no ambiente acadêmico, um meio historicamente associado ao pensamento crítico e à transformação social. Nas universidades federais brasileiras, a presença de mulheres nas reitorias constitui, portanto, um importante indicador para refletir sobre representatividade, participação e igualdade de gênero na gestão da educação superior

pública. De acordo com Clara (2009) "A sub-representação das mulheres nos espaços de poder não é fruto da falta de competência, mas da persistência de barreiras estruturais."

É nesse contexto que se insere a presente reflexão, que busca analisar a representatividade das mulheres nas reitorias das universidades federais brasileiras em 2026. A partir do levantamento dos (as) reitores (as) em exercício, pretende-se identificar a distribuição por gênero, região e estado, buscando compreender como se configura a presença feminina nesses espaços de poder institucional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Discutir a presença das mulheres em espaços de poder exige compreender que as desigualdades de gênero são produzidas e reproduzidas em diferentes dimensões da vida social. Elas não se restringem às relações privadas, mas também se manifestam nas instituições, nas relações de trabalho e nos espaços de decisão.

Saffioti (1976), contribui para compreender que a condição das mulheres está relacionada às estruturas sociais e às relações de poder historicamente construídas. Nessa perspectiva, a ampliação da presença feminina no mercado de trabalho e em diferentes instituições não significa, necessariamente, a superação das desigualdades de gênero, uma vez que ainda persistem barreiras e representações sociais que podem influenciar o acesso das mulheres a posições de maior autoridade. Essa reflexão leva-nos a considerar que a presença feminina nos espaços de gestão precisa ser analisada para além das oportunidades formalmente existentes, observando também as relações sociais que podem favorecer ou dificultar a ocupação desses cargos.

Ao trazer essa discussão para o contexto universitário, compreendemos que as reitorias constituem espaços relevantes para analisar como as relações de gênero se expressam no exercício da liderança e na tomada de decisões. Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Scott (1990), que aborda o gênero como uma categoria histórica e analítica relacionada às relações de poder. Segundo a autora, o gênero permite problematizar os significados sociais atribuídos às diferenças entre homens e mulheres e compreender como essas relações participam da organização da sociedade. Nesse sentido, consideramos que investigar a presença feminina nas reitorias exige olhar não apenas para o número de mulheres que ocupam esses cargos, mas também para os significados e as relações de poder que permeiam a construção das posições de liderança nas universidades.

Essa perspectiva pode ser aprofundada a partir das contribuições de Bourdieu (1998), que discute os mecanismos pelos quais as relações de dominação se incorporam às práticas e às representações sociais, contribuindo para sua naturalização. Ao relacionar essa discussão às reflexões de Saffioti e Scott, compreendemos que as desigualdades de gênero não se manifestam somente por meio de impedimentos explícitos, mas também podem estar presentes em concepções historicamente construídas sobre autoridade, competência e liderança. Essa aproximação teórica permite-nos questionar a associação, socialmente construída, entre masculinidade e exercício do poder, sem pressupor que essas relações se manifestem de maneira idêntica em todas as instituições.

Entendemos que o levantamento quantitativo da presença feminina constitui um ponto de partida para essa discussão, pois permite caracterizar o cenário investigado e problematizar a distribuição dos cargos de reitoria nas universidades federais brasileiras. Nessa perspectiva, analisar quantas mulheres ocupam esses espaços não significa apenas apresentar uma estatística, mas também refletir sobre a representatividade feminina nos postos de maior autoridade e decisão da gestão universitária. Consideramos, assim, que a análise dos dados, articulada às contribuições teóricas, possibilita ampliar a compreensão sobre a presença das mulheres nesses espaços, considerando as dimensões de gênero, região e estado, sem atribuir aos números, isoladamente, explicações sobre as causas das desigualdades.

A representação feminina nos espaços de decisão envolve questões relacionadas ao acesso, à participação e às condições institucionais que possibilitam ou dificultam a ocupação desses lugares. Araújo (2009), ao analisar a presença das mulheres nos espaços de representação política, demonstra a importância de considerar fatores institucionais e sociais para compreender as diferenças de participação entre homens e mulheres. Ainda que a universidade não seja uma instituição político-partidária, também constitui um espaço organizado por normas, processos de escolha, relações de autoridade e mecanismos institucionais de decisão.

As reitorias, os conselhos superiores, as pró-reitorias e as diretorias são espaços nos quais são definidas prioridades e tomadas decisões que interferem na vida institucional. Por isso, a presença de mulheres nesses lugares possui importância não apenas numérica, mas também institucional e simbólica.

A representação feminina nas reitorias não deve ser compreendida apenas como resultado de escolhas individuais. É necessário considerar as condições sociais e históricas que influenciam a participação das mulheres nos espaços de decisão. Dessa forma, os dados sobre as

reitorias constituem um ponto de partida para refletir sobre a distribuição de poder entre homens e mulheres na educação superior pública.

Biroli (2014), contribui para evitar uma compreensão essencialista da representação feminina. A presença de uma mulher em uma posição de poder não significa, automaticamente, que ela representa todas as mulheres ou que suas práticas institucionais sejam necessariamente diferentes das práticas dos homens. A questão central está em reconhecer a importância da diversidade dos sujeitos que participam dos espaços de decisão e das condições que permitem essa participação.

As contribuições de Skliar (2002; 2003), permitem acrescentar à discussão a dimensão da diferença e do reconhecimento. O autor questiona formas de pensamento que estabelecem determinados sujeitos como referência e colocam outros em posição de diferença ou de falta. Essa perspectiva ajuda a pensar a presença das mulheres nas reitorias para além dos números. Trata-se também de refletir sobre quem ocupa lugares de autoridade, quem é reconhecido como sujeito capaz de liderar e quem tem visibilidade nos espaços institucionais.

No ambiente universitário, reconhecer as diferenças significa compreender que a instituição é formada por sujeitos diversos e que essa diversidade precisa estar presente também nos espaços de decisão. A partir dessas contribuições, o estudo organiza a análise em quatro dimensões: gênero e desigualdade; poder e espaços de decisão; representação e participação; diferença e reconhecimento. Essas categorias orientam a interpretação dos dados sobre a presença de mulheres e homens nas reitorias das universidades federais brasileiras em setembro de 2026, articulando os números encontrados nas discussões sobre gênero, poder, representação e reconhecimento.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como documental, de abordagem mista e delineamento analítico-descritivo. A dimensão quantitativa concentra-se no levantamento, na organização e na análise dos dados referentes à presença de mulheres e homens nas reitorias das universidades federais brasileiras. A dimensão qualitativa está relacionada à interpretação desses dados em diálogo com o referencial teórico sobre gênero, poder, representação e participação.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva possibilita caracterizar determinada população ou fenômeno, enquanto a pesquisa exploratória contribui para ampliar a familiaridade com o problema investigado. Neste estudo, o caráter descritivo está relacionado à

sistematização da composição das reitorias, considerando gênero, estado e região. O caráter exploratório está associado à problematização da presença feminina nesses espaços de liderança.

O universo da pesquisa é constituído pelas 69 universidades federais brasileiras identificadas no levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

A data de referência do levantamento é setembro de 2026. Dessa forma, os dados representam uma fotografia da composição das reitorias naquele período. A fonte principal foi a relação de reitoras e reitores disponibilizada pela ANDIFES, na qual constam as instituições, os nomes dos(as) dirigentes, os mandatos e a localização regional. As informações foram organizadas em uma base de dados contendo os seguintes rótulos: universidade, estado, região, reitor(a) e gênero.

Para fins de organização do banco de dados, a classificação de gênero foi realizada nas categorias feminino e masculino, tomando como referência a forma de identificação apresentada nas fontes institucionais consultadas. Essa classificação corresponde exclusivamente ao procedimento adotado para o levantamento e não pretende tratar a complexidade das identidades de gênero.

Os dados foram sistematizados em tabelas e gráficos e analisados mediante frequências absolutas e relativas. Para a distribuição regional, calculou-se a proporção de reitoras em relação ao número de universidades existentes em cada região. Para a distribuição estadual, considerou-se também a participação de cada estado no conjunto das 26 reitoras identificadas.

A análise qualitativa dos resultados foi desenvolvida em diálogo com Saffioti (1976), Araújo (2009), Bourdieu (1998), Scott (1990), Biroli (2014) e Skliar (2003). Essa articulação busca interpretar os dados sem atribuir a eles capacidade explicativa sobre as causas da distribuição encontrada, uma vez que o delineamento da pesquisa não investiga trajetórias, processos de escolha ou fatores institucionais específicos que possam explicar a composição das reitorias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento realizado identificou 69 universidades federais brasileiras no período de referência. Desse total, 26 eram dirigidas por mulheres, correspondendo a 37,7%, enquanto 43 eram dirigidas por homens, equivalentes a 62,3%.

Tabela 1 – Distribuição das reitorias das universidades federais brasileiras por gênero/2026

Gênero	Número de reitorias	Percentual
Mulheres	26	37,7%
Homens	43	62,3%
Total	69	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em dados da ANDIFES (2026).

A Tabela 1 apresenta uma diferença na distribuição das reitorias entre mulheres e homens. As mulheres ocupavam 26 dos 69 cargos analisados, enquanto os homens ocupavam 43. Dessa forma, embora a presença feminina esteja registrada em diferentes regiões e estados brasileiros, os homens permaneciam majoritários nas reitorias no período considerado.

Esses dados precisam ser compreendidos dentro dos limites do recorte adotado. O levantamento permite identificar a composição das reitorias, e não aborda os fatores relacionados à distribuição encontrada. Assim, o percentual de 37,7% constitui um dado para análise das relações entre gênero e ocupação de espaços de decisão na educação superior pública.

A discussão dialoga com Saffioti (1976), ao considerar que as desigualdades entre homens e mulheres estão relacionadas às estruturas sociais e às relações de poder. Também se aproxima de Araújo (2009), que chama atenção para as condições institucionais e sociais envolvidas no acesso das mulheres aos espaços de representação. Ou seja, mais do que apenas descrever os dados, propomos uma problematização que, mesmo que retórica, nos faz interrogar o porquê desta constatação. Afinal, quais os motivos que levam a maioria de reitores serem homens na atualidade?

A análise regional evidencia que, embora a presença feminina esteja representada em todas as regiões do país, sua distribuição ocorre de forma heterogênea. isso é possível se constatar na tabela 2 que apresenta a proporção de mulheres e homens na gestão das universidades federais, ressaltando as discrepâncias regionais na ocupação dos cargos de reitoria.

Tabela 2 – Distribuição das universidades federais por região e gênero dos(as) reitores(as) – 2026

Região	Universidades	Reitores	% de reitoras na região
Norte	11	5	45,5%
Nordeste	20	4	20,0%
Centro-Oeste	8	6	75,0%
Sudeste	19	5	26,3%
Sul	11	6	54,5%

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em dados da ANDIFES (2026).

Os dados evidenciam diferenças entre as regiões. No Centro-Oeste, seis das oito universidades federais são dirigidas por mulheres, correspondendo a 75,0% das instituições da região. No Sul, são seis reitoras entre onze universidades, o que corresponde a 54,5%. No Norte, cinco das onze universidades possuem mulheres na reitoria, representando 45,5%. No Sudeste, cinco das dezenove universidades são dirigidas por mulheres, correspondendo a 26,3%. No Nordeste, são quatro reitoras entre vinte universidades, equivalentes a 20,0%.

Esses percentuais não devem ser interpretados como indicadores de superioridade ou inferioridade de uma região em relação às demais. Eles expressam a composição das reitorias no período analisado e evidenciam que a presença feminina não ocorre de maneira homogênea no território brasileiro. É importante destacar que apenas no centro-oeste a maioria das reitorias é liderada por mulheres, em um descompasso com o recorte nacional. Nossa tese é que a Universidade, como uma escola, dialoga assim com Bourdieu (1998) ao ser um espaço de reprodução das desigualdades entre homens e mulheres. Assim, em que medida as representações culturais, construídas socialmente na vida e na escola nos dizem que as mulheres não deveriam ocupar espaços prioritariamente masculinos, como é o caso das reitorias?

A análise por estado permite observar de maneira mais detalhada a distribuição das 26 mulheres que ocupavam reitorias no período estudado.

Tabela 3 – Distribuição das reitoras por região e estado – Brasil, 2026

Região	Estado	Número de reitoras	% do total de reitoras
Norte	Acre	0	0,0%
	Amapá	0	0,0%
	Amazonas	1	3,8%
	Pará	2	7,7%
	Rondônia	1	3,8%
	Roraima	0	0,0%
	Tocantins	1	3,8%
Norte	Total	5	19,2%
Nordeste	Alagoas	0	0,0%
	Bahia	1	3,8%
	Ceará	0	0,0%
	Maranhão	0	0,0%
	Paraíba	1	3,8%

Região	Estado	Número de reitoras	% do total de reitoras
	Pernambuco	1	3,8%
	Piauí	1	3,8%
	Rio Grande do Norte	0	0,0%
	Sergipe	0	0,0%
Nordeste	Total	4	15,4%
Centro-Oeste	Distrito Federal	1	3,8%
	Goiás	2	7,7%
	Mato Grosso	2	7,7%
	Mato Grosso do Sul	1	3,8%
Centro-Oeste	Total	6	23,1%
Sudeste	Espírito Santo	0	0,0%
	Minas Gerais	2	7,7%
	Rio de Janeiro	0	0,0%
	São Paulo	3	11,5%
Sudeste	Total	5	19,2%
Sul	Paraná	1	3,8%
	Rio Grande do Sul	5	19,2%
	Santa Catarina	0	0,0%
Sul	Total	6	23,1%

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em dados da ANDIFES (2026).

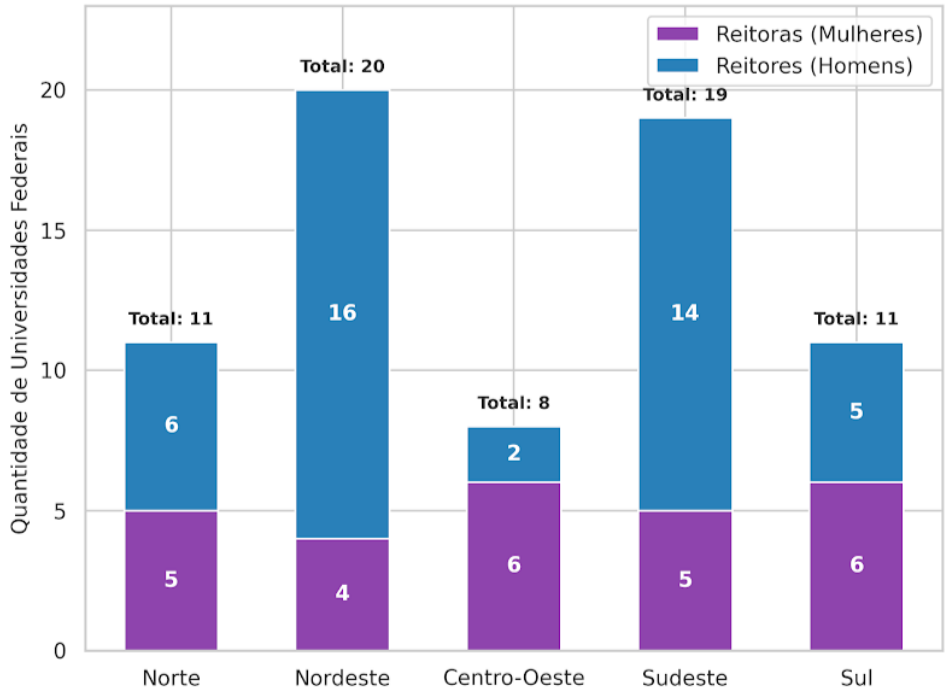
A distribuição estadual mostra que a presença feminina nas reitorias também apresenta diferenças entre os estados. O Rio Grande do Sul concentra cinco das 26 reitoras identificadas, correspondendo a 19,2% do total. São Paulo apresenta três reitoras, equivalentes a 11,5%. Pará, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais possuem duas reitoras cada.

Também se observa que alguns estados não apresentavam mulheres ocupando o cargo de reitora no período analisado. Esse dado, contudo, deve ser interpretado com cautela. A ausência de uma mulher na reitoria não significa ausência de mulheres em outros espaços de liderança acadêmica ou administrativa. O recorte desta pesquisa considera especificamente o cargo de reitor (a).

A análise estadual, portanto, amplia a compreensão da distribuição territorial das mulheres nas posições de maior autoridade das universidades federais, mas não estabelece relações causais entre localização geográfica e presença feminina.

A Figura 1 permite visualizar a distribuição de mulheres e homens nas reitorias das universidades federais, evidenciando as diferenças existentes entre as regiões brasileiras.

Figura 1 – Quantidade de reitores/as por região e gênero



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da ANDIFES (2026).

O gráfico apresenta de forma clara os dados referentes ao período analisado. Observam-se algumas variações na distribuição dos gêneros entre os/as reitores/as de determinadas regiões. A representação gráfica facilita a compreensão dos resultados, tornando a análise mais objetiva e permitindo identificar com maior facilidade as regiões que apresentam maior destaque nos dados.

A distribuição estadual também evidencia que a presença feminina nas reitorias não ocorre de maneira homogênea pelo território nacional. Os dados revelam uma concentração significativa em determinados estados. O Rio Grande do Sul destaca-se com cinco reitoras, correspondendo a 19,2% do total de mulheres identificadas no país, seguido por São Paulo, com três, equivalente a 11,5%. Pará, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais apresentam duas reitoras cada. Em contrapartida, observa-se que diversos estados não registram mulheres ocupando o cargo de reitora no recorte analisado. Dessa forma, os resultados permitem identificar diferenças na distribuição territorial da representação feminina no nível mais elevado da gestão universitária federal.

Os dados revelam um cenário bastante desigual na presença das mulheres nas reitorias das universidades federais brasileiras. O destaque fica para a região Centro-Oeste, onde seis das oito universidades analisadas são dirigidas por mulheres. Esse resultado chama atenção porque mostra que, nesse contexto regional, as mulheres já ocupam de forma expressiva o principal espaço de liderança das instituições.

Na região Sul, a presença feminina também é significativa: metade das universidades federais possui mulheres na reitoria (sendo todas do Rio Grande do Sul). O Norte apresenta uma situação próxima, com cinco mulheres entre as 11 reitorias analisadas. Esses resultados mostram que, em algumas regiões, a presença feminina nos cargos mais altos da gestão universitária já representa uma parcela importante.

Por outro lado, a realidade encontrada no Sudeste e, principalmente, no Nordeste é diferente. No Sudeste, apenas cinco das 19 universidades federais são dirigidas por mulheres. No Nordeste, são quatro entre 20 instituições. Esses números mostram que a presença feminina nos espaços de maior poder ainda não acontece de maneira equilibrada em todo o país.

Os dados apresentados mostram que a presença feminina nas reitorias das universidades federais brasileiras está distribuída por todas as regiões do país. Entretanto, essa presença apresenta diferenças importantes entre os territórios. A partir de Saffioti (1976), esses dados podem ser relacionados à compreensão das desigualdades de gênero como fenômenos inseridos em estruturas sociais mais amplas. A ocupação dos espaços de poder não ocorre de forma desvinculada das relações sociais que historicamente produzem diferentes possibilidades de participação para homens e mulheres.

Essa compreensão aproxima-se da discussão de Scott (1990), que trata o gênero como uma categoria de análise das relações de poder. Se, em Bourdieu, encontramos elementos para refletir sobre a legitimidade e a distribuição da autoridade, em Scott encontramos subsídios para questionar como as relações de gênero participam da construção das posições sociais e institucionais. A partir dessa interlocução, consideramos que a distribuição das reitorias entre homens e mulheres não deve ser lida apenas como uma diferença numérica. Os dados permitem identificar a proporção de mulheres que ocupam esses cargos e sua distribuição regional e estadual, enquanto a perspectiva de gênero orienta a reflexão sobre o significado dessa composição no contexto da gestão universitária.

A discussão sobre a ocupação dos espaços de decisão também exige considerar a representação. Araújo (2009), ao abordar a representação política, oferece elementos para refletir

sobre a presença de determinados grupos em posições institucionais. Embora o contexto universitário tenha características próprias, essa contribuição ajuda a formular uma questão pertinente ao estudo: quem está representado nos espaços de maior autoridade das universidades federais brasileiras? No âmbito desta pesquisa, essa pergunta é examinada a partir da presença feminina nas reitorias, sem estabelecer uma equivalência direta entre representação política e gestão universitária.

Essa reflexão conduz a outra questão: a presença de mulheres em cargos de liderança significa, necessariamente, que suas perspectivas estejam representadas ou que suas gestões apresentem características específicas? Não é possível estabelecer essa relação apenas com base no gênero de quem ocupa a reitoria. As mulheres não constituem um grupo homogêneo, pois suas experiências e posições também são atravessadas por diferentes condições sociais e políticas. É preciso considerar também o cuidado ao discutir os limites de uma compreensão exclusivamente numérica em relação à presença feminina (Biroli, 2014). Assim, entendemos que ampliar a presença feminina é uma dimensão importante da representatividade, mas não permite presumir que todas as mulheres compartilhem as mesmas experiências, interesses ou formas de exercer a liderança.

Além disso, a presença de diferentes sujeitos nas instituições também pode ser pensada em relação às formas pelas quais suas diferenças são reconhecidas socialmente (Skliar,2003). Em diálogo com os autores anteriores, essa perspectiva permite ampliar a reflexão sobre a composição das reitorias, considerando não apenas quem ocupa esses cargos, mas também a importância de reconhecer a diversidade nos espaços de autoridade. No entanto, como o levantamento realizado se concentra no gênero, na região e no estado, não é possível afirmar, a partir desses dados, como outras dimensões da diversidade se manifestam entre as dirigentes.

Dessa forma, o referencial teórico deste artigo contribui para situar a representatividade feminina nas reitorias como uma questão que envolve distribuição da autoridade, relações de gênero, representação e reconhecimento. No estudo das universidades federais brasileiras em 2026, essa articulação orienta a leitura dos dados sem atribuir a eles respostas que não podem oferecer. Nosso interesse está em compreender como as mulheres estão representadas nesses espaços de decisão e o que essa distribuição permite questionar sobre a presença feminina na gestão da educação superior. A análise não pretende explicar, isoladamente, as causas das diferenças identificadas nem avaliar a atuação das reitoras, mas caracterizar a composição das reitorias e discutir sua relevância à luz do referencial teórico adotado.

Dessa forma, ressaltamos a importância de compreendermos a composição das reitorias e, a partir dela, ampliar o debate sobre representação, poder e participação das mulheres na educação superior pública. Nosso objetivo não é apenas mostrar os números, mas especialmente levantar questionamentos para se pensar como esses espaços têm sido preenchidos prioritariamente por mulheres.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a representatividade das mulheres nas reitorias das universidades federais brasileiras em 2026, considerando sua distribuição regional e estadual. Das 69 instituições analisadas, 26 eram lideradas por mulheres, correspondendo a 37,7% do total, enquanto 43 tinham homens no cargo de reitor, o equivalente a 62,3%. Os resultados mostram que as mulheres ocupavam mais de um terço das reitorias, mas permaneciam em menor proporção nesses espaços de liderança. Esse dado permite caracterizar a presença feminina no período investigado e suscita uma reflexão sobre a distribuição dos cargos de maior autoridade na gestão da educação superior.

A distribuição regional e estadual também revelou diferenças na presença das mulheres. O Centro-Oeste e o Sul registraram seis reitoras cada; o Norte e o Sudeste, cinco; e o Nordeste, quatro. Entre os estados, destacaram-se o Rio Grande do Sul, com cinco reitoras, e São Paulo, com três. Esses resultados mostram que a representatividade feminina não se distribui de maneira uniforme pelo território nacional. Entretanto, as diferenças identificadas não permitem afirmar quais fatores explicam essa configuração, uma vez que o levantamento não investigou os processos de escolha, as trajetórias profissionais dos dirigentes ou as condições institucionais relacionadas ao acesso aos cargos. O que os dados oferecem é um retrato da composição das reitorias, a partir do qual se torna possível formular novas questões sobre gênero e liderança universitária.

As desigualdades de gênero nas reitorias devem ser compreendidas a partir das relações históricas de poder que atravessam a sociedade e influenciam a distribuição dos cargos de liderança. A presença feminina nesses espaços permite discutir a representatividade, distinguindo a participação numérica da efetiva representação de experiências e perspectivas. Também é necessário reconhecer que as mulheres não constituem um grupo homogêneo e que a diversidade caracteriza a vida universitária. Embora os dados não permitam explicar os

mecanismos de acesso aos cargos ou as práticas das dirigentes, possibilitam analisar a composição das reitorias e situá-la no debate sobre gênero, poder e reconhecimento.

Outra delimitação importante diz respeito ao cargo analisado. A pesquisa se concentrou exclusivamente nas reitorias, não abrangendo pró-reitorias, diretorias, coordenações, chefias ou conselhos superiores. Por isso, a proporção identificada não representa a participação feminina em todos os níveis da gestão universitária, tampouco permite concluir que as mulheres estejam menos presentes em outras funções de liderança. Esse recorte delimita o alcance dos resultados e, ao mesmo tempo, aponta para a importância de investigações que contemplem outros espaços de decisão e as diferentes formas de participação das mulheres na estrutura das universidades federais.

Consideramos, portanto, que a principal contribuição deste estudo está em registrar e analisar a composição das reitorias das 69 universidades federais brasileiras em 2026, tornando visível a distribuição dos cargos por gênero, região e estado. Os 37,7% de reitoras constituem um dado concreto sobre a presença feminina na liderança universitária, mas seu significado não pode ser dissociado das questões teóricas que envolvem gênero, poder e representação. Como desdobramento, novos estudos poderão investigar as trajetórias acadêmicas e profissionais das reitoras e dos reitores, os processos de escolha e as experiências relacionadas ao exercício da liderança, bem como a distribuição das mulheres em outros níveis da gestão universitária. Tais investigações poderão aprofundar questões que o levantamento quantitativo não responde, contribuindo para uma compreensão mais ampla das relações de gênero na educação superior pública brasileira. Assim, este estudo não encerra a discussão sobre a representatividade feminina, mas oferece uma base empírica delimitada para dar continuidade ao debate sobre quem ocupa os espaços de decisão nas universidades federais e como essa presença pode ser compreendida à luz das relações de gênero e poder.

REFERÊNCIAS

ANDIFES — Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Reitoras e reitores.** Brasília, DF: ANDIFES, 2026. Disponível na página oficial da ANDIFES. Acesso em: 8 set. 2026.

ARAÚJO, Clara. **Gênero e poder: a representação feminina na política brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL ESCOLA. **Regiões brasileiras. Brasil Escola, 2026.** Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm. Acesso em: 9 set. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.383 p. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 4).

SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1990.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia da diferença: o que é e como se faz.** Porto Alegre: Mediação, 2003.